

NOTAS SOBRE AS REVOLTAS E AS REVOLUÇÕES DA EUROPA MODERNA*

Profa. Dra. Laura Mello e Souza

Depto. de História-FFLCH/USP

RESUMO: Este artigo procura fazer um balanço geral da historiografia européia referente às revoltas e revoluções da Europa Moderna, enfatizando sua incidência no século XVII, e apontando para possibilidades de pesquisa que, fora do recorte meramente político, ofereçam alternativas analíticas.

ABSTRACT: This article presents an overall balance of the European historiography concerning the revolts and revolutions in Modern Europe, emphasizing its incidence in the seventeenth century and pointing out the possibilities of research which, apart from the merely political context, offer analytical alternatives.

PALAVRAS-CHAVE: Revoltas, revoluções, crise, sociedade do Antigo Regime, Século XVII

KEYWORDS: revolts, revolutions, crisis, Ancient Regime society, seventeenth century

*“As revoluções são quase tão difíceis de
reconstruir quanto de prever”.*

Forster e Greene

* Este é o texto da prova escrita do Concurso para a Livre-Docência junto ao Departamento de História, na Disciplina de História Moderna, que realizei no final de agosto de 1993. A banca examinadora era composta dos Profs. Drs. Maria Manuela Ligeti Carneiro da Cunha (DA-FFLCH-USP), José Jobson de Andrade Arruda (DH-FFLCH-USP), Francisco Iglésias (DE-FCE-UFMG), Gilberto Cardoso Alves Velho (DA-PPGAS-MN/UFJ) e Stuart B. Schwarz (HD-UM). Mantive o texto original, com um ou outro acréscimo bibliográfico, e umas poucas linhas acerca do texto de Giovanni Birago, que me chegou às mãos dois anos depois, no final de 1995. Devo a referência a meu amigo Robert Rowland, a quem, mais uma vez, sou profundamente grata.

I. O debate sobre as convulsões políticas e sociais que, no bojo de uma crise econômica secular, abateram-se sobre a Europa no decorrer do século XVII, um dos mais significativos da historiografia européia dos anos 50 e 60 deste século. Para Christopher Hill, o estudo desses fenômenos seria mesmo “o teatro mais importante no qual se livrava a batalha pelo marxismo” (VILLARI, 1981). No que diz respeito ao enfoque econômico, a grande crise de crescimento evidenciada, segundo Ruggiero Romano, por volta de 1620 permitiria que Eric J. Hobsbawm questionasse os descaminhos da pujança material do século XVI, formulando pergunta bem ao gosto do marxismo de então: “por que a expansão dos séculos

XV-XVI não conduziu diretamente à época da revolução industrial dos séculos XVIII-XIX? Quais os obstáculos à expansão capitalista?" (HOBBSAWM, 1971). No que diz respeito a abordagem mais voltada para o social e o político, Hugh-Trevor-Roper veria, na sucessão setecentista de levantes e sedições, o coroamento da irracionalidade do Estado Renascentista, excessivamente pesado e dispendioso, cada vez mais distante do corpo social (ROPER, 1972). Roper, evidentemente, destoava das análises marxistas, gerando uma célebre discussão com o grupo "new-left" da *Past and Present* e sendo execrado entre os marxistas num âmbito tão ou mais internacional quanto o da crise que se analisava. Já no tocante ao recorte de cunho mais ideológico, ou melhor, no que tange ao estudo das ideologias, George Rudé e Robert Mandrou procuraram refletir sobre o caráter de tais levantes, valendo-se, no primeiro caso, das abordagens de G. Luckács e A. Gramsci e, no segundo, de uma apropriação livre e interessante das idéias de Lucien Goldmann (RUDÉ, 1981; MANDROU, 1965).

Pela amplitude dos enfoques e pela abundância dos estudos, nota-se que C. Hill estava certo, mas, também, que tal debate extrapolava o âmbito da historiografia marxista, provocando adesões também à direita, como o referido Trevor-Roper e ainda Roland Mousnier, o teórico francês da sociedade de ordens, o estudioso da Fronda e do Estado Absoluto sob os Bourbons. Além da já mencionada discussão sobre crescimento econômico e crise, o século XVIII, nos seus infortúnios, funcionava como laboratório para reflexões sobre a natureza das lutas sociais, sobre a historicidade da luta de classes, sobre a possibilidade de tais lutas ocorrerem em formações sociais em que os grupos integrantes ainda não haviam amadurecido a consciência de si etc. Mais recentemente, até estudos vistos como mais *soft* em termos de ideologia e mesmo de relevância historiográfica, como a análise da

perseguição às bruxas, têm se reportado à crise multifacetada do século XVII em busca de balizas cronológicas mais definidas e de explicações mais convincentes (LEVACK, 1987). O próprio Roper, historiador polêmico, paradoxal, inquieto e brilhante como poucos, arrisca a relação entre crise geral do século XVII e perseguição generalizada às bruxas no ocidente europeu (ROPER, 1988).

Seria impossível, no âmbito deste texto, esgotar as relações possíveis suscitadas pela questão das revoltas e revoluções da Europa Moderna. Procurando apenas encaminhar alguns problemas e arriscar conclusões, optei por uma discussão historiográfica restrita que, partindo da problemática da construção de modelos e de sistematizações gerais, passa, a seguir, para a busca de certos encaminhamentos específicos. Tais encaminhamentos redimensionam o problema que envolve revolução enquanto conceito universal e absoluto e sugerem outras grades de leitura, influenciadas pela história antropológica e pela renovação da historiografia marxista.

II. Para melhor encaminhar o debate historiográfico, é necessário demorar-se um pouco sobre os fatos históricos que caracterizam o período em estudo. Na perspectiva que vê a História como progresso e que, desde a Ilustração, tem tido tanta importância nos estudos historiográficos, fornecendo inclusive os contornos da História como disciplina, ficava difícil entender por quê a explosão de riqueza que atinge a Europa do Renascimento não havia tido, como decorrência necessária, a revolução industrial ou, pelo menos, o desenvolvimento econômico continuado e uma correspondente paz social e estabilidade política.

Com o arrefecimento dos surtos mortíferos de peste e de fome, verifica-se entre os séculos XV e XVI um considerável desenvolvimento demográfico e urbano; a expansão marítima propiciava o surgimento de portos extremamente dinâmicos - Cádiz,

Sevilha, Antuérpia, Amsterdam, Lisboa ... -, o aquecimento das trocas comerciais favorecendo a acumulação de capital e o surgimento de riquezas consideráveis (BRAUDEL, 1979). Aliada, entretanto, a transformações agrárias que, em grande parte da Europa, diminuíram e fracionaram as posses camponesas de terra (os *enclosures* ingleses são o paradigma do processo), a pujança do capitalismo comercial fez-se acompanhar de um custo social altíssimo. Junto com a riqueza moderna, capitalista, surge a pobreza também moderna e capitalista. O pobre deixa de ser o coitadinho de Cristo para se tornar, na expressão recorrente em tantos escritos da época, “o peso inútil da terra” (VVAA, 1979; GEREMECK, 1976). Muda, então, o sentimento com relação aos despossuídos; a iconografia fixou muito bem tal mutação de sensibilidade: lembrem-se os pobres odiosos, deformados, de olhar feroz e maldoso que povoam as telas flamengas (e holandesas) desde J. Bosch e P. Brueghel; lembre-se igualmente que, para muitos, a Holanda é a expressão mais feliz do capitalismo moderno (ZUMTHOR, 1959; SHAMA, 1988).

Homens que vagavam eram pobres por incúria e imprevidência. Mas o que dizer dos novos pobres, que trabalhavam e continuavam miseráveis? Em 1577, informava Jan van Houtte, secretário Geral de Leyden: “os trabalhadores pobres - melhor chamá-los escravos - depois de terem trabalhado toda a semana, vêm-se obrigados a mendigar nos domingos para completarem seus salários.” (LIS e SOLY, 1984, p. 88). Na Inglaterra, no momento em que se abria a crise secular, em 1618, Robert Reyce escreve que, nas partes de Suffolk em que “vivem ou viveram os tecelões, nelas se encontra o maior número de pobres” (idem). Dos trabalhadores e *cottars*, Francis Bacon dizia que eram “but house beggars”. No ocaso do século XVI, Castela via-se às voltas com a subalimentação crônica; 50% da população rural não tinha terras, 65% vivia no limite da subsistência (LIS e SOLY, 1984, p.

94). Aliás, o século de ouro espanhol é também o século dos pícaros e da moderna idéia de pobreza; em 1525, o judeu espanhol Juan Luís Vives publicava a *De Subvencione pauperum*. Por toda a Europa portanto, abria-se o abismo entre pobres e ricos, acentuava-se a distinção entre capital e trabalho. “Uma pessoa possui o dinheiro, e outra faz o trabalho”, dizia-se então (LIS e SOLI, 1984, p. 94).

No âmbito das classes proprietárias, a burguesia ia adquirindo terras e títulos de nobreza, traindo sua “vocação”, na bela formulação de F. Braudel. Ridicularizando os “parvenus” como M. Jourdain, a paradigmática personagem de *O Burguês Fidalgo* de Molière, os pobres de velha linhagem não desprezavam, entretanto, a riqueza fertilizadora que fluía destes membros do terceiro estado. Como disse muito bem Mme. de Sévigné, tais ingressos eram o esterco necessário para revitalizar os seculares troncos nobres.

Uma sociedade polarizada em que o tom ainda era dado pela nobreza, lembrando a formulação clássica de Hans Freyer acerca da sociedade de estados (IANNI, p. 168). Mas uma sociedade em que também as classes proprietárias se viam sob impasses vários: dominante, na França, a nobreza de sangue tinha que se haver com a “toga”; rarefeita sob o impacto da Guerra das Duas Rosas, na Inglaterra, a velha nobreza via seus privilégios serem devorados pela “gentry”; acossada pela pujança dos súditos das Províncias Unidas, na Espanha, as famílias dos “grandes” castelhanos se lançam na Guerra, deixando para trás os doze anos de trégua e arrastando, conforme a bela análise de Trevor Roper, a Europa toda para a sua primeira Conflagração Geral (ROPER, 1985).

Por toda a parte, como que tentando orquestrar a crise econômica, a miséria social, o fosso entre ricos e pobres, os desentendimentos entre várias gamas de nobres e burgueses, cresce o Estado Absoluto. Por toda a parte, em diferentes gradações, o Rei

deixa de convocar suas assembléias - Cortes em Portugal e na Espanha, Parlamento na Inglaterra, Estados Gerais na França - solapando as bases originárias sobre que se assentara a sociedade de estados. Daí as análises historiográficas falarem de crise geral: da economia, da política, da sociedade. O indicador da crise, no plano econômico, é, para muitos, o fim do crescimento econômico frenético que caracterizara o século XVI; no plano político e social, a sucessão de revoltas, que atingem dimensão inaudita entre 1640 e 1660: na Inglaterra, o ápice da Revolução de Cronwell, entre 1648 e 1653; na França, o da Fronde, entre 1648 e 1653; na Catalunha, a sedição separatista, auxiliada pelo governo francês entre 1640 e 1652; em Portugal, a guerra da Restauração, entre 1640 e 1648; em Nápoles, a revolta de Masaniello, nos anos de 1647-48; na Holanda, a tentativa de golpe de estado de Guilherme II; na Ucrânia, a insurreição de 1650; na Suíça, a guerra camponesa de 1653; na Rússia, a rebelião de Stenka Razin em 1672.

III. Os autores que defendem a idéia de que ocorrera na Europa de então uma "revolução universal" invocam o exemplo de contemporâneos às sedições, para quem sua generalidade era evidente. R. Mousnier lembra a *Histoire des troubles de la Grande Bretagne*, de Robert Mentet de Salmonet, publicada em Paris em 1649 o que vê, no século XVII, "um século difícil, um século de ferro": "Toujours est-il fameux pour les grandes et étranges révolutions qui y sont arrivés. (...) Les révolts y ont été fréquentes tout dans l'Orient que dans l'Occident" (MOUSNIER, 1967, p. 9). Curiosíssimo é o caso de Giovanni Battista Birago, que em 1653 publicou em Veneza, no âmbito das *Historie memorabili* de Alessandro Zilioli, uma parte sobre as *Sollevationi di stato de' nostri tempi*, nela incluindo, ao lado da Catalunha, da Inglaterra, da França, de Portugal, da Sicília e de Nápoles, o Nordeste da América Portuguesa, que lutava con-

tra os holandeses (BIRAGO, 1653, pp.160-171). Tal inclusão é, no mínimo, intrigante: indício, talvez, de que, na época, o mundo ultramarino ainda era visto como parte integrante dos impérios europeus, não se estabelecendo diferenças substantivas entre a Sicília e Pernambuco. O primeiro grande impacto sobre o sistema europeu dos impérios modernos viria com o término da Guerra dos Trinta Anos (TILLY, 1996, p. 215 e segs), e só em meados do século seguinte - no plano das idéias, com Raynal; no plano das ações práticas, com a revolta dos colonos ingleses da América do Norte - é que se tornaria nítido, para a consciência européia, o real significado da sublevação em colônias.

Mas voltemos à historiografia de nosso século; o pioneiro do enfoque das revoltas da Época Moderna como sendo "universais" foi Roger Bigelow Merriman em *Six contemporaneous revolutions*, publicado em 1938. Tal obra fez escola, e seus ecos podem ser encontrados no já mencionado artigo de Trevor-Roper e ainda em trabalhos como o de Perez Zagorin, *Rebels and Rulers - 1500-1660*, e a coletânea organizada por Robert Forster e Jack P. Greene *Revoluções e Rebeliões na Europa Moderna*. Nestes dois estudos, entretanto, há a ultrapassagem do enfoque universalista e a preocupação em criar tipologias. Mousnier fica um pouco à margem: adotando a perspectiva universalista, estabelece comparações entre levantes no Ocidente e no Oriente procurando encontrar, neles, antes um nexos comum do que tipologias específicas.

Tome-se o caso de Zagorin. Comparando e criando tipologias, o autor procura compreender o caráter do fenômeno revolucionário, observando talvez com justeza que, para os contemporâneos, revolução e rebelião são sinônimos, o conceito de revolução tendo migrado do contexto cosmológico - onde descrevia rotações de corpos celestes - para o social: "Quando se transplantou a atos humanos, a palavra continuou a recordar a idéia de circularidade e

se referia ao ciclo de mudanças nos estados com sua concomitante agitação. Ainda não se via em revolução a associação com inovação deliberada e consciente, ou com progresso. Até o século XVII, não se usou revolução em sentido político. A primeira rebelião na história europeia que foi considerada pelos contemporâneos como revolução foi a inglesa de 1688; mesmo assim, concebiam-na em termos cíclicos como uma restauração da ordem legal, que o monarca deposto, Jaime II, tinha violado tiranicamente” (ZAGORIN, 1985, p.37).

Procurando tipologias e invocando a “Consciência cíclica” de revolução dos homens do século XVII, Zaborin abraça, na verdade, posição conservadora no tocante às revoluções: elas não são capazes de ultrapassar o caráter da sociedade de que fazem parte, inscrevendo-se nos limites de sua época (ZAGORIN, 1985, p. 42). Valorizando o âmbito geográfico em que ocorrem, estendendo para o século XV o arco da periodização, endossando tipologia mista para elas - rebeliões agrárias, como a guerra camponesa da Alemanha ou a rebelião de Kett na Inglaterra dos Tudor; rebeliões urbanas, como as francesas e espanholas, na verdade tão distintas umas das outras; rebeliões provinciais, como a dos Nupied na França, a Restauração Portuguesa, as revoltas de Aragão, da Irlanda, da Escócia; guerras civis, como a da França sob os últimos Valois, a dos Países Baixos contra a Espanha, a Fronda, a revolução inglesa de 1640 - Zaborin esvazia tais fenômenos do seu conteúdo virulento e, homogeneizando-os, no limite, os neutraliza.

A coletânea de Forster e Greene, rica em questões e contendo alguns ensaios clássicos, como o de Mousnier sobre a Fronda e o de Laurence Stone sobre a Revolução Inglesa, acaba sendo engolfada pela mesma vertigem universalista-tipológica. Da convulsão seiscentista, destaca as grandes revoluções nacionais (a inglesa e a holandesa, que surge no século XVI); as revoltas nacionais com potencial para

transformar-se em revolução (como a catalã e a francesa); a rebelião regional em grande escala com potencial limitado para se converter em revolução (como a de Pugochoy), o golpe de estado secessionista (o português) e as jacqueries urbanas (na Sicília e em Nápoles). Mais uma vez, a tipologia não consegue captar as especificidades, e o caráter universalista-neutralizador leva a melhor. Se os ótimos estudos de Mousnier e Stone já mencionados apontam a riqueza das situações particulares em História, a introdução dos autores insiste na camisa-de-força da generalização, e acaba enveredando pela seara do indistinto. Os movimentos do século XVII são assim apresentados como “antecedentes” das “grandes revoluções do final do século XVIII” (ZAGORIN, 1985, p. 12).

Por fim, entre os adeptos da idéia de “revolução universal”, Mousnier busca, para além de suas revoltas, da França à China, a persistência dos “furores camponeses”, de um caráter informe e assistemático, próprio ao momento histórico em estudo e, em última instância, incapaz e/ou insuficiente de subverter a ordem, instaurando uma outra, nova: impotente, portanto, para realizar a revolução (MOUSNIER, 1967). A todas essas formulações cabe aplicar a crítica aguda que A. Lublinskaya fez sobre o trabalho de T. Roper: criam multidões de revoluções para, em seguida, destruí-las; homogeneizam fenômenos radicalmente distintos, tendo como base comum tão-somente a simultaneidade (LUBLINSKAYA, 1983).

IV. Sem se aterem ao caráter “universal” das revoltas, ou, pelo menos, sem procurar erigi-lo em categoria explicativa, há um outro grupo de historiadores que ainda persegue modelos e sistematizações, mesmo que de forma implícita. Tais sistematizações não se pautam, portanto, na simultaneidade das revoltas, e sim no seu caráter: em outras palavras, procuram detectar a existência ou não da

luta de classes ou da revolução burguesa nos fenômenos em estudo.

Para a discussão sobre a existência de luta de classes nas revoltas do século XVII, o caso francês foi especialmente importante, sobre ele tendo se debruçado alguns dos principais estudiosos do assunto; houve inclusive polêmicas, simbolizadas na oposição entre R. Mousnier e B. Porschnev. Se Mousnier não vê luta de classes, destacando o caráter espontaneísta e assistemático dos levantes, Porschnev matiza a questão detectando, nos levantes, o choque entre duas "frentes de classes": de um lado, a massa dos artesãos e dos camponeses, opositores do fisco e do feudalismo ao mesmo tempo; do outro, a burguesia e a nobreza, defensoras da preservação da ordem feudal-absolutista. No limite, tal luta entre frentes de classes seria uma forma, seiscentista e moderna, da luta de classes (MOUSNIER, 1967; PORCHNEV, 1972).

A. Lublinskaya apresenta pontos de aproximação com Porschnev ao ver nas convulsões seiscentistas lutas de classes sem serem, entretanto, forma superior de luta de classes. No contexto francês, vê a nobreza e o campesinato como classes dotadas de consciência, e complementares, enquanto considera a burguesia como classe em nível local, mas não nacional. A luta movida foi revolucionária na medida em que se dirigia contra diferentes formas de exploração; para os camponeses, passar da luta contra os senhores feudais, típica do século XIV, para a luta contra o Estado feudal, própria ao século XVII, correspondeu a um amadurecimento ideológico. Não havendo, portanto, "forma superior de luta de classes", ocorreu uma outra forma, tão consciente e moderna quanto aquela, e assentada sobre contradições das classes - mesmo que estas não se expressassem tão claramente quanto viriam a fazê-lo em 1789.

Cabe por fim lembrar o estudo sugestivo de Mandrou, acima citado, que caracteriza a França do século XVII como "espécie de vulcão de múltiplas

crateras" (MANDROU, 1965, p.26) em que os trágicos conflitos sociais se mostram, na maior parte das vezes, inconsistentes, imersos no "patético cotidiano". Considerando que a condição de existência da luta de classes é a consciência de classe (o ser coletivo), Mandrou frisa que esta implica, por um lado, na solidariedade entre os diferentes membros da classe e, por outro, na hostilidade ante outros grupos. Vê a nobreza como consciente do seu papel dominante; a burguesia como "esquartejada" e os movimentos populares como oscilando entre a própria força revolucionária e a própria cegueira. A situação francesa, paradoxal, se caracterizaria, assim, por classes superiores capazes de promover a transformação política mas incapazes de imporem suas concepções de forma eficiente; por classes populares que, representando considerável massa de mão-de-obra, sempre prestes a entrar em luta, não tinham projeto político e, em última instância, não tinham consciência de classe.

Para Mandrou, portanto, as sublevações francesas não teriam sido luta de classes, apesar de terem aparência de luta de classes, sobretudo na violência demonstrada. Por outro lado, eram virtuais as suas aspirações de transformação. "Uma classe que virtualmente deseja fazer a revolução, mas que não tem consciência de que pode fazê-la, não é uma classe revolucionária" (MANDROU, 1965, p. 78).

V. Cabe, por fim, apresentar os autores que, debruçando-se sobre as revoltas do século XVII, procuram se abster de tipologias ou modelos, buscando antes a sua especificidade. Nesta perspectiva, não faz sentido questionar o seu caráter de luta de classes, ou a sua força revolucionária com base nos modelos criados a partir dos eventos de 1789 e 1848. Para eles, considerar a Revolução Francesa como modelo de revolução e, a partir dela, examinar fenômenos anteriores seria realizar a famosa "previsão do passado", o que distorceria o enfoque histórico no

que tem de rico e particular. Há assim uma relativização do enfoque marxista no sentido em que este vincula, inextricavelmente, revolução com luta de classes, vendo a revolução francesa como o exemplo supremo de tal relação.

A posição alternativa de Thompson é hoje célebre; sem sair do marxismo, vê as convulsões do mundo pré-industrial como "luta de classes sem classes". A consciência de classe e, portanto, a realização da própria classe seria decorrência do processo de luta; "as classes não existem como entidades separadas, que olham em volta, encontram uma classe inimiga e logo começam a lutar. Pelo contrário, as pessoas se encontram numa sociedade estruturada em modos determinados (crucialmente, porém não exclusivamente em relações de produção), experimentam a exploração (com a necessidade de se manterem sobre os explorados), identificam pontos de interesse antagônicos, começam a lutar por estas questões e no processo de luta se descobrem enquanto classe, e chegam a conhecer este descobrimento como consciência de classe" (THOMPSON, 1981, p. 359).

Numa situação como a da Inglaterra setecentista - campo de estudo preferencial para Thompson - é necessário captar as resistências simbólicas oferecidas pelos grupos sociais, pois as classes têm de ser possíveis no conhecimento antes que encontrem expressão institucional. No contexto da cultura popular, tradicionalismo e rebeldia coexistem: pode-se ser rebelde em defesa do costume, e invocando preceitos morais. Assim, o povo se revolta de forma violenta clamando pelo preço justo do pão: é o que Thompson, em outro artigo fundamental, "A economia moral das classes populares inglesas no século XVIII" chama de "economia moral" das classes populares (THOMPSON, 1981, pp.57-136).

Rosario Villari e A. Lublinskaya, por vias diferentes, contribuem também para uma melhor compreensão dos levantes seiscentistas na medida em que destacam sua especificidade. Em "Revueltas y

consciencia revolucionaria en el siglo XVII", o historiador italiano mostra que, mesmo se meramente anti-fiscal e espontânea, a revolta seiscentista é um momento revelador de ampla crise nas relações sociais. Mais ainda: que, naquela época, o anti-fiscalismo é pleno de significado político: é anti-feudal; vincula-se a um discurso mais amplo sobre a hierarquia das ordens, o sistema de poder, as relações entre a ação do governo e o desenvolvimento da economia; vincula-se, por fim, a discursos sobre a revolução da ordem política e social que, apesar de fragmentários e interrompidos, vinham se constituindo na época. Finalizando, Villari lembra que o século XVII foi mais importante que o XVI na formulação de discursos políticos. Em outras palavras, é importante atentar para a relação existente entre o alto índice de sublevações e o fato de, concomitantemente, estar sendo gestada a moderna idéia de revolução como subversão da ordem. Tal idéia, por sua vez, não se constituía apenas num lugar específico - na Inglaterra, como se quis durante muito tempo -, pipocando aqui e ali, das Províncias Unidas insurgentes à França dos huguenotes (VILLARI, 1981).

Lublinskaya, por sua vez, fornece nova chave de compreensão aos levantes através de vias oblíquas. Ao contestar a idéia de Hobsbawn de que o século XVII sofrera uma crise econômica geral, a historiadora russa o acusa de se pautar no modelo de desenvolvimento industrial para, por meio dele, ler outras formas de desenvolvimento econômico. Ora, se o ritmo industrial é rápido, o ritmo e o desenvolvimento manufatureiros, próprios à Europa do século XVII - e Lublinskaya exemplifica quase sempre com o caso francês - é lento. Assim, cabe questionar se houve crise de crescimento, ou, pelo menos, se é pertinente a pergunta de Hobsbawn mencionada no início deste texto.

O desenvolvimento econômico do século XVIII inglês não vale para o exame da situação européia setecentista, e para a proclamação apressada de uma

crise geral. Os modelos de revolução e de luta de classes próprios ao século XVIII - leia-se à revolução francesa - não servem para examinar os conflitos do século XVII nem esvazia seu conteúdo revolucionário. A própria idéia de revolução ganha forças naquele contexto, como observa Villari. Os comentários de Thompson para os conflitos ingleses do século XVIII valem também para os levantes europeus do século XVII: vê-los apenas como espontâneos e espasmódicos não corresponderia ao endosso de visão condicionada pela economia política, que reduz as trocas humanas a trocas salariais?

Por fim, sem querer alongar demais a lista dos autores aqui examinados, há que atentar para enfoques que, sem se debruçarem especificamente sobre as revoltas e revoluções do Seiscentos, podem, contudo, ajudar a melhor compreendê-los. Lembrem-se os ensaios de Robert Darnton sobre *O grande massacre de gatos* e o de Natalie Z. Davis sobre *Os atos da violência e As razões do desgoverno* (DARNTON, 1986; DAVIS, 1990). Perscrutando as relações entre a sociedade moderna (do Quinhentos e do Setecentos) e a violência, tais estudos mostram o seu caráter ritual e simbólico, por um lado profundamente diferente do que vemos hoje, por outro, tão fundamentais na constituição do moderno conceito de revolução. Se a violência passou a ser constitutiva da ruptura revolucionária - para invocar um só exemplo, tenha-se em mente o terror revolucionário de 1793 -, ela já vinha sendo expressa, simbólica ou efetivamente, pelas práticas sociais desde o século XVI. Havia cálculo e ordem nos ritos da violência, mostra Natalie Davis - sugerindo que talvez houves-

se mais cálculo e ordem nos levantes anti-fiscais e nas revoltas "espontaneístas" do século XVII do que poderia supor Roland Mousnier.

Olhar para o simbólico certamente ajudará a compreender a natureza dos levantes do século XVII europeu. Ainda há poucas certezas sobre o assunto, e por isso termino este texto com algumas interrogações. Talvez o grande esforço da revolução setecentista tenha sido subtrair a violência do âmbito do cotidiano, inscrevendo-o no âmbito da exceção. Talvez o que tenha calado fundo na mentalidade seiscentista - daí os contemporâneos estarem atentos à "revolução universal" de que falava Robert Mentet de Salmonet em 1649 - tenha sido justamente esse caráter cotidiano e generalizado da violência. Violência que permeava as diversas instâncias da vida, da política ao imaginário, fundindo-as. "Rebellion is as the sin of witchcraft", dizia-se na Inglaterra seiscentista (CLARK, 1980). No final do século XVI, às vésperas da derrocada espanhola de 1588 - quando a Invencível Armada de Filipe II seria sintomaticamente destruída por uma tempestade -, Lucrécia de Leon tinha sonhos em que imagens terríveis e violentas representavam o fim da grande Espanha do Século de Ouro. Para R. Kagan, autor de um belo livro sobre Lucrécia, seus sonhos expressavam a consciência social e política da Espanha do século XVI, sendo indicadores do imaginário da época. Mais ainda: através de imagens, durante o sono, Lucrécia vivia e previa a crise da Espanha. A Inquisição a levou a sério: foi presa e processada (KAGAN, 1990). Indício bastante forte da força do simbólico na sociedade de então.

Bibliografia:

BIRAGO, G.B. *Delle sollevazioni di stato accadute ne' nostri tempi*. Veneza, Presso il Turrini, 1653.

BRAUDEL, F. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*. Paris, Albin Michel, 1979.

- CLARK, Stuart. "Inversion, misrule and the meaning of witchcraft". *Past & Present*, 87, maio 1980, pp. 98-127.
- DARNTON, R. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- DAVIS, Natalie Z. *Culturas do povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- FORSTER, R. & GREENE, Jack P. Greene. *Revoluciones y rebeliones de la Europa Moderna*. Madrid, Alianza, 1972.
- GEREMECK, Bronislaw. *Les marginaux parisiens aux XIVE et XVe siècles*. Paris, Flammarion, 1976.
- HOBBSAWN, E. J. "La crisis general de la economia europea en el siglo XVIII". in *En torno a los origenes de la revolución industrial*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1971, pp. 7-70.
- IANNI, O. (org.). *Teorias de estratificación social*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1972.
- KAGAN, R. *Lucrecia's dreams - politics and prophecy in sixteenth-century Spain*. Berkeley, University of California Press, 1990.
- LEVACK, Brian P. *The witch-hunt in early modern Europe*. London and New York, Longman, 1987 (tradução brasileira: *A caça às bruxas na Europa Moderna*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1988).
- LIS, C. e SOLY, H. *Pobreza y capitalismo en la Europa preindustrial (1350-1850)*. Madrid, AKAI, 1984.
- LUBLINSKAYA, A. D. *La crisis del siglo XVII y la sociedad del absolutismo*. Barcelona, Crítica, 1983.
- MANDROU, R. *Classes et Luites de Classes en France au début du XVIIe siècle*. Florença, G. D'Anne, 1965.
- MERRIMAN, R. B. *Six contemporaneous revolutions*. Oxford, 1938.
- MOUSNIER, R. *Fureurs paysannes*. Paris, Calmon-Lévy, 1967.
- PORCHNEV, B. *Les soulèvements populaires en France au XVIIe siècle*. Paris, Flammarion, 1972.
- ROPER, Hugh Trevor. "A crise geral do século XVIII" in *Religião, reforma e transformação social*. Lisboa, M. Fontes, 1972, pp. 43-72.
- _____. *The European witch-craze of the sixteenth and seventeenth centuries*. Londres, Penguin Books, 1988.
- _____. "The outbreak of the Thirty-Years war" in *Renaissance Essays*. s.l., Fontana Press, 1985.
- RUDE, G. cap. "Ideologia e consciencia de classe" in *Reuuelta popular y consciencia de classe*. Barcelona, Crítica, 1981, pp. 13-49.
- SHAMA, S. - The embarrassment of riches - an interpretation of Dutch culture in the golden age, s.l., Fontana, 1988.
- TILLY, Charles. *Capital, coerção e cidades européias*. São Paulo, EDUSP, 1996.
- THOMPSON, E. P. *Società patrizia, cultura plebea*. Turim, Einaudi, 1982.
- _____. *Customs in common - studies in traditional popular culture*. Nova York, The New Press, 1993.
- VVAA. *Les marginaux et les exclus dans l'histoire*. Paris, Éditions 1018, 1979.
- VILLARI, R. *Rebeldes y reformadores del siglo XVI al XVIII*. Barcelona, Serbal, 1981.
- ZAGORIN, Perez. *Reueltas y revoluciones en la Edad Moderna*. Madrid, Catedra, 1985.
- ZUMTHOR, Paul. *La vie quotidienne en Hollande au temps de Rembrandt*. Paris, Hachette, 1959.